



Vias da pátria: a mudança na lógica de nomeação das ruas em Lima

RAFAEL DIAS SCARELLI*

Cidades das homenagens

Desde princípios do século XIX, as cidades se converteram num espaço privilegiado para o estabelecimento de homenagens, na denominação de suas ruas, praças e parques, e na edificação de monumentos públicos, desde discretos bustos até imponentes estátuas equestres. Explorando a necessidade de se conhecer o nome das ruas para o deslocamento no espaço urbano, os Estados Nacionais transcreveram sobre elas o panteão de heróis nacionais. Através da solidez do mármore e do bronze dos monumentos, buscaram dar materialidade aos símbolos pátrios, solidificando também a própria identidade nacional. Procuraram, assim, trazer ao cotidiano das massas urbanas a noção ainda difusa de “nação”, pondo-a ao alcance dos sentidos. A cidade, convertida numa “lección pública de historia” (GUTIÉRREZ, 2004: 9), completaria o ensino escolar dando-lhe referenciais visíveis, o que Ricardo Rojas sintetiza na fórmula “pedagogia de las estatuas” (ROJAS, 1910/1971: 139). Esta cidade das homenagens, porém, não se escrevia sobre uma folha em branco: chocava-se com dinâmicas já vigentes de nomeação e vivência no espaço urbano, e não se impôs sem enfrentar resistências.

Percorrendo esse terreno, o presente artigo abordará a modificação dos nomes das ruas da cidade de Lima, capital do Peru, através da reforma municipal de 1861, que alterou a designação de todas as vias da cidade, que compunham o chamado *Damero de Pizarro*¹. Nosso olhar se direcionará à antiga nomenclatura das ruas, à instituição dessa reforma e à recepção dela por parte dos moradores e transeuntes, à medida que a mesma sofreu uma prolongada resistência dos usuários, moradores e transeuntes.

* Mestrando do Programa de História Social da Universidade de São Paulo, com financiamento da agência FAPESP.

¹ Traçado fundacional de Lima na composição de quadrícula, formado por 13 quarteirões de longitude e 9 quarteirões de latitude, encerrados dentro das antigas muralhas da cidade (GUNTHER e LOHMANN, 1992: 63-64). Após a demolição das muralhas, concluída no início da década de 1870, Lima rapidamente se expandiu, através da abertura de novas vias de tráfego, em direção aos balneários do sul (Chorrillos e Miraflores) e ao Puerto del Callao (HUAPAYA, 2009: 204). Este artigo, porém, ocupar-se-á apenas da nomenclatura das ruas da “cidade antiga”, antes de sua expansão espacial.



A cidade antiga

Durante o período colonial, Lima adotou um sistema bastante peculiar de nomeação das ruas: cada trecho da via entre duas esquinas, denominado *cuadra*, recebia um nome específico, compondo um conjunto extenso de nomes. Duas características inter-relacionadas sobressaem desse conjunto: a primeira, é o caráter espontâneo dos nomes, cuja atribuição partia dos próprios usuários da via, em razão da ausência de um sistema normativo e de instâncias político-administrativas encarregadas da nomenclatura urbana²; a segunda, é o caráter instável manifesto na grande variação das denominações que, via de regra, não perduravam muito, expressando sua adaptação aos reordenamentos da dinâmica urbana³.

A despeito do caráter dito espontâneo dessa nomenclatura, cumpre ressaltar que diversas ruas limenhas eram batizadas com os nomes de moradores notáveis que nelas residiam, como o foram as *calles Azaña* e *Nuñez*. Tal aspecto, apesar de manifestar um potencial de localização espacial da via, expressa também o poder simbólico das elites limenhas sobre o espaço urbano. Ademais, cabe pontuar a existência de códigos normativos que determinavam a fixação dos comerciantes e dos grêmios laborais em sítios específicos, contribuindo para a nomeação das ruas pela atividade comercial nelas predominante, como o foi a *calle de Tintoreros*, onde se localizavam estabelecimentos de tintura e curtume de couro (BROMLEY, 1966b: 91-98).

Dentro da produção historiográfica a respeito da nomenclatura urbana limenha, umas das referências de maior destaque são a série de artigos de Juan Bromley Seminario, publicados no Boletín Municipal de Lima, entre 1964 e 1966 (BROMLEY, 1964a, 1964b, 1964c, 1964d, 1966a, 1966b), onde apresenta um catálogo explicativo dos nomes antigos e a reforma de 1861, partindo de uma exaustiva pesquisa documental. Contemporâneo a Bromley, Jose Gálvez foi o autor de *Calles de Lima y Meses del Año* (GÁLVEZ, 1943), onde discutiu as temáticas que inspiraram o batismo das ruas. Cumpre citar a obra de Juan

² Em 1786, o governo de Escobedo y Alarcón limitou-se a oficializar a nomenclatura popular, inscrevendo-a em placas de azulejo, instaladas nas ruas (GUNTER e LOHMANN, 1992: 133-134).

³ Como exemplo, a *calle Padre Jerónimo*, denominada primeiro *Crispín* (provável referência ao médico Crispín Hernández), *del Estanco* (instalação no local de um estanco de tabaco), passando a se chamar *Santa Teresa* (por terminar no monastério deste nome), para finalmente ser designada em referência ao frade Cisneros, da ordem de São Jerônimo (BROMLEY, 1966a: 79-91).



Günther e Guillermo Lohmann, *Lima* (GÜNTHER e LOHMANN, 1992), da coleção *Ciudades de Iberoamerica*, onde fazem um sobrevoo sobre a história limenha, dedicando um subcapítulo às suas ruas, “La nomenclatura de las calles”. Por fim, destaca-se a dissertação de Gabriel Ramón Joffré, *A cidade ordenada*, onde a temática das ruas aparece no subcapítulo “Com a pátria nas paredes”(RAMÓN, 1997: 79-88)⁴. Esta obra tem o mérito de inserir a modificação da nomenclatura urbana em 1861 no seio dos projetos de modernização e reforma empreendidos pelas elites dirigentes para a capital, na interface entre os projetos políticos e a intervenção no espaço urbano.

Contudo, manifestou-se, em parte da historiografia que se debruçou sobre a temática das ruas limenhas, uma operação descritiva e classificatória, preocupada em ordenar as ruas em grupos temáticos. Bromley, por exemplo, procede uma classificação excessivamente detalhada, agrupando os nomes 25 categorias, que pouco contribuem para a compreensão do antigo sistema de nomeação.⁵ Por fim, apreciando a dimensão espontânea dos nomes, diversos trabalhos se furtaram a entendê-los dentro de um sistema lógico, regido por um quadro de referências, tomando-os simplesmente através da ausência de ordem: Gunther e Lohmann qualificam-nos de onomástica “caótica” e “pitoresca” (GÜNTHER e LOHMANN, 1992: 203-205). Daniel Milo, a respeito de Paris, avançou nesse sentido, ao enquadrar os nomes atribuídos pelos próprios usuários num sistema lógico. Porém, mais preocupado com a passagem para o novo quadro honorífico e ideológico, o processo de monopolização da nomenclatura urbana pelos Estados Nacionais no bojo da Revolução Francesa, não aprofundou nas possibilidades de dissecar o velho sistema (MILO, 1986: 287-288).

Cabe compreender que a antiga nomenclatura das ruas não era uma atribuição aleatória sem significação inteligível. Ao contrário, ao partir dos usuários, ela estava voltada para as demandas da vida cotidiana, cumprindo um papel utilitário, do qual podemos elencar os seguintes objetivos:

⁴ Posteriormente publicado sob o título *Las murallas y los callejones* (RAMÓN, 1999).

⁵ Segundo esse autor: 85 nomes próprios, 61 estabelecimentos e motivos religiosos, 21 locais comerciais, 17 canais e fontes, 16 espécies botânicas, 15 ofícios, 13 locais de assistência social, 11 títulos e dignidades, 11 estabelecimentos educacionais, 9 nomes zoológicos, 8 nomes geográficos, 4 moinhos, 4 nomes minerais, 3 pontes, 3 perfil dos moradores, e mais outras doze categorias (BROMLEY, 1964d: 96).



- i) Localizar a rua no espaço urbano, aludindo a prédios públicos nela localizados, que por sua importância social ou grandeza arquitetônica seriam amplamente conhecidos pela comunidade urbana: como exemplos, *calle Colegio Real* e *calle Inquisición*. Na ausência de pontos de referência localizados na via, poder-se-ia recorrer a referenciais localizados nas suas imediações: como exemplo, a *calle Espalda de la Pileta de la Merced*.

- ii) Explicitar a localização dos pontos de maior interesse para os moradores da cidade, como os moinhos, poços e tendas de comércio – como exemplo, *calle Molino Quebrado* e *calle Mercaderes*. Nesse sentido, os nomes poderiam não apenas localizar o usuário no espaço urbano, mas também influenciar em suas trajetórias e destinos;

- iii) Alertar aos transeuntes sobre as características da via ou de seu entorno: como exemplos, *calle Ancha* e *calle Barranco*. Aqui, os nomes das ruas poderiam também comunicar o perfil social dos vizinhos, imprimindo cargas valorativas à região e aos seus moradores, como a *calle Pobres* e a *calle Faltriqueras del Diablo*.

Dessa sorte, podemos compreender que a antiga nomenclatura das ruas era orientada por um quadro de referências, funcionando com uma espécie de guia da cidade para seus moradores e visitantes. A toponímia urbana era capaz, portanto, de “traduzir a cidade”: revelar seus pontos dinâmicos, localizar a sede de suas principais instituições, exprimir o perfil das vias que nomeavam.

Todavia, desde princípios do século XIX, difunde-se no ocidente, no compasso do ideário nacionalista, o esforço dos Estados Nacionais em exercer o monopólio da nomeação dos espaços públicos. Através das casas legislativas municipais, a toponímia urbana passa a ser regida por uma lógica de caráter honorífico e oficial, voltada a homenagear a Nação e seus símbolos. Esse processo ganhou coloração especial nos países latino-americanos, mais sensíveis à construção de uma memória nacional que referendasse os processos de emancipação recém-concluídos e os caminhos percorridos na constituição do Estado Nacional. E então, vemos surgir, desde o nome dos novos



países, como Bolívia, até o íntimo das cidades latino-americanas, na denominação de suas ruas, praças, parques e prédios públicos, ou na sua estatuária emergente, um esforço honorífico que afirmasse a legitimidade de si como nação independente.⁶ É dentro deste contexto que em 1859 se inaugura em Lima a estátua equestre do libertador Simón Bolívar e, em 1861, aprova-se a reforma municipal que alterou a designação da totalidade das ruas da cidade amuralhada.

Reforma de 1861: imposição de uma nova cidade

A despeito de algumas tentativas de alteração da toponímia limenha – como a empreendida pelo general Jose de San Martín, quando de sua permanência em Lima⁷ – a nomenclatura popular das ruas permaneceu por toda primeira metade do século XIX. Em 1857, o polígrafo Manuel Atanasio Fuentes encaminhou um projeto à *Municipalidad* que incluía a instituição de um único nome para cada via. O escritor defendeu a substituição dos nomes, considerados obscenos, por “personajes y acontecimientos memorables en nuestra historia” (FUENTES, 1858: 476). Entretanto, seu projeto não foi aceito pela administração local.

Os veículos de comunicação impressa fariam, já ao final da década de 1850, uma ferrenha defesa da alteração dos nomes das ruas limenhas, associando-a aos anseios de civilização e progresso, transparentes no trecho a seguir, do periódico *El Comercio*:

Una de las mejoras útiles de que debia haberse apoderada la Municipalidad, si hubiera querido imitar el sistema adoptado en capitales mejor organizadas que la nuestra, debia ser la de evitar la barahunda y confusión que hay en la nomenclatura de nuestras calles. (...) Hay calles en Lima, bautizadas con nomes tan poco gratos, y algunos que ni Barrabas daria con la direccion de una casa por aquellas. (Cronica de la Capital. Nombre de las calles. El Comercio, ano XXI, nº 6052. Lima, 30 de maio de 1859).

Em 1861, foi aprovada pelo governo municipal uma reforma que alterou, de uma só vez, a lógica operante e a denominação de todas as vias da cidade que compunham o

⁶ A respeito da estatuária, J. Romero recorda os monumentos a Santander em Bogotá, Artigas em Montevidéu, Juárez na Cidade do México, Alvear e Sarmiento em Buenos Aires e Tiradentes no Rio de Janeiro, para além das homenagens a Bolívar e San Martín em várias cidades. (ROMERO, 1986: 277-278).

⁷ Rebatiza a *Plaza Mayor* por *Plaza Independencia*, e a *Plaza de la Inquisición* por *Plaza de la Constitución*. (RAMÓN, 1997: 83).



Damero de Pizarro, ou seja, estavam dentro da zona amuralhada. Através dessa lei, projeto de Mariano Bolognesi, determinou-se que toda a extensão da via, agora denominada *Jirón*, receberia um único nome. As vias no sentido leste-oeste receberiam os nomes dos departamentos, enquanto as vias no sentido norte-sul receberiam os nomes das províncias do Peru, de modo que o *Jirón* de uma província cruzasse, em determinado momento de seu trajeto, o *Jirón* do departamento a que pertencia. Porém, como o número de *Jirones* no sentido leste-oeste era superior ao número de departamentos, para nomear as vias restantes adotou-se o nome dos principais rios do Peru. Houve três exceções aos nomes geográficos: *Jirón de la Unión* (eixo central de Lima, que se iniciava na *Plaza de Armas*), e os dois únicos nomes próprios, *Manco Capac* – pai-fundador lendário Inca –, e *Atahualpa* – último Inca – (BROMLEY, 1964c: 87).

A adoção dos nomes geográficos e não históricos em Lima é abordada por Gabriel Ramón Joffré, que propõe, para sua compreensão, levar em consideração a carência de temáticas históricas provenientes da realidade peruana passíveis de homenagem em meados do século XIX – batalhas vencidas e fatos heroicos – bem como a opção por se evitar um compromisso imediato com um passado ainda presente, uma vez que permaneciam governando o país figuras ligadas aos protagonistas dos grandes conflitos travados nos primórdios da era republicana. A opção pelos nomes geográficos, neste sentido, constituir-se-ia num recurso neutro que contornaria os dissensos a respeito de quem se homenagear. Poderiam ser atribuídos a tais fatores a razão de os projetos de reforma anteriores ao de Bolognesi – como o de Manuel Fuentes – não terem prosperado (RAMÓN, 1998: 86-87).

A respeito das vicissitudes na conformação do panteão peruano, que dialogam com a hipótese de Ramón Joffré, o estudo de Carlota Casalino Sen é bastante esclarecedor. Para a autora, um primeiro aspecto a ressaltar é o fato de que os protagonistas peruanos envolvidos na luta de emancipação permaneceram atuantes no cenário nacional ao longo da primeira metade do século XIX, tomando partido nas disputas político-militares que se sucederam, erodindo a possibilidade de se construir ao redor deles consensos nacionais a respeito de sua heroicidade. O exemplo mais emblemático dá-nos o general Ramón Castilla: lutou nas guerras de independência, foi presidente do país por duas ocasiões (1845-1851 e 1855-1862) e faleceu enquanto rumava a Lima para participar de um golpe de Estado. Após a sua morte, instaura-se um



prolongado debate acerca de que tratamento oficial dispensar aos seus funerais (CASALINO, 2008: 136-138). Será apenas a Guerra do Pacífico (1879-1883), conflito que opôs o Peru e a Bolívia ao Chile na disputa pelas valiosas reservas de salitre e resultou na derrota dos primeiros, que demarcará a consolidação efetiva do panteão nacional peruano, entronizando, entre os heróis máximos, Francisco Bologensi e Miguel Grau⁸.

Tais reflexões, contudo, esbarram na carência de fontes documentais, como os debates entre os *regidores municipales* a respeito dos supracitados projetos. As atas do conselho provincial (CONCEJO PROVINCIAL DE LIMA, 1857-1862), apresentam uma descrição sumária das matérias discutidas e votadas na *Alcadía*, sem transcrever os debates que as cercaram, de modo que não podemos encontrar diretamente quais argumentos foram mobilizados na defesa e oposição dos projetos em pauta.

Os novos nomes e o cotidiano popular: resistências

A despeito da defesa na opinião pública, encampada pelos principais veículos de comunicação da cidade, da modificação da nomenclatura urbana limenha, os novos nomes saídos da Reforma de 1861 sofreram uma duradoura e resoluta resistência popular. Dois testemunhos contemporâneos nos dão a dimensão dessa rejeição.

Juan de Arona, pseudônimo do escritor Pedro Paz Soldán, em 1884 – mais de duas décadas após a alteração dos nomes das ruas, portanto – deixa-nos um relato em sua crítica aos costumes limenhos:

A fin de simplificar la nomenclatura de ideó ahora cosa de 25 años dar un solo nombre a cada seis de cuadras. Para esto se trasplantó bajo los techos de la ciudad todo el mapa de la república. A pesar de la facilidad que esta nomenclatura ofrece, nuestro pueblo, acostumbrado a regirse por su dichoso empirismo, no ha querido entrar en el cartabón, y sigue saboreando sus calles de las Albaquitas, del Aromito, del Limoncillo, de la Piedra Horada, de Yaparío, de Siete Jeringas, no viéndose la nomenclatura sabia sino en las referencias comerciales o en las tarjetas, y aún allí acompañadas entre paréntesis de la antigua, como aclaración indispensable [grifo meu] (BROMLEY, 1964b: 88).

Outro testemunho explícito da reação negativa dos usuários à nova nomenclatura é o viajante e médico alemão Ernest Middendorf, cujo relato de 1885 afirma que os novos nomes “no encontraron ninguna acogida en el pueblo, y hoy después de 25 años todos usan la antigua denominación” (MIDDENDORF, 1885/1973: 124).

⁸ Aspecto que também se faz notar na cidade de Lima, onde foram construídos monumentos e avenidas foram batizadas em homenagem a estes personagens.



Para além dos já conhecidos relatos de cronistas e viajantes, busco apontar para o fato de que a persistência da rejeição aos novos nomes extrapolou o uso oral popular e cotidiano, produzindo reflexos nos veículos de comunicação e documentos oficiais da cidade. Entre os exemplos emblemáticos, estão veículos de comunicação impressa, como revistas e jornais, documentos oficiais, como mapas e planos urbanos, e cartões postais que, décadas após a reforma de 1861, permaneceram mencionando a antiga nomenclatura das ruas limenhas.

Para o caso das revistas, cumpre citar a Revista *Variedades*, publicação empenhada em “civilizar” Lima. Este periódico, ainda em 1916, em sua seção de anúncios publicitários, cita os antigos nomes das ruas para localizar as lojas anunciantes.⁹ Se, para localizar geograficamente o leitor que desejasse consumir alguns dos produtos em anúncio, era preciso mencionar os antigos nomes, trata-se de um inequívoco demonstrativo de sua perseverança. De outra parte, encontramos mapas e planos da cidade, como o *Plano de Lima por P. V. Jouanny*, de 1880 (GUNTHER, 1983: 180-181), trazendo, às margens do mapa ou no traçado das vias, a moderna e a antiga nomenclatura. Por fim, podemos localizar cartões postais que circularam em Lima desde fins do século XIX e que, em diversos casos, designaram as ruas que ilustravam pela denominação antiga, a exemplo de um postal da primeira metade do século XX que estampa, ao topo, “Calle Mercaderes”.¹⁰

Esses elementos revelam, portanto, que a rejeição popular à nova nomenclatura urbana limenha reverberou sobre as classes dirigentes da cidade, que foram justamente as maiores fiadoras da alteração da toponímia urbana através da reforma de 1861. Para além de um suposto didatismo com seus leitores, que se justificaria apenas nos primeiros anos após a reforma, tais elementos constituem testemunhos assaz reveladores da persistência e do prestígio social da velha nomenclatura, se consideramos: i) que os autores de tais impressos se colocavam na condição de porta-vozes da tarefa modernizadora, – especialmente o Plano de 1880, que, diferente das revistas, jornais e cartões postais, tratava-se de documento oficial de circulação restrita; ii) o caráter mais perene e áurea de

⁹ Como exemplo, o anúncio publicitário na **Revista Variedades**, em 28 de setembro de 1912, informando, entre parêntesis, “calle de la Prensa”, o antigo nome do *Jirón Huallaga*. Revista *Variedades*. Ano VIII, nº 239. Lima, 28 de setembro de 1912. Biblioteca Nacional del Perú.

¹⁰ Cartão Postal. Anônimo (ca. 1900-1950). 9 x 14 cm. MALI – Archivo de Arte Peruano. Colección Postales. Catálogo eletrônico: www.archi.pe. Acesso: 15 de fevereiro de 2017.



oficialidade da palavra escrita, elemento a se considerar na análise da produção de documentos de Estado ou cartões postais que não teriam uma funcionalidade cotidiana para os habitantes da cidade, tal como anúncios publicitários em revistas e jornais.

Buscar as razões que explicam a persistência tão duradoura da antiga nomenclatura das ruas limenhas é tarefa árdua. Em todo caso, cumpre ressaltar que, apesar de ser o promotor da reforma de 1861, o poder público não se empenhou com afinco na sua instituição: não houve uma campanha ou mobilização para difusão e aceitação dos novos nomes, no mesmo patamar dos esforços empreendidos ao redor dos monumentos públicos, que foram acompanhados de diversas cerimônias rituais (primeira pedra, inauguração, discursos, etc.). A título de exemplo, a inauguração do primeiro monumento público em Lima dedicado a Bolívar, em 1859, contou com diversas matérias no jornal *El Comercio* e com a presença do vice-presidente da República na inauguração (*El Comercio*, nº 6246, ano XXI. Lima: 9 de dezembro de 1859).

Esse processo, por fim, deve jogar luz sobre uma questão candente: a cidade não é um mero palco, onde as disputas, tramadas na política, desenrolam-se. Ela própria é objeto de disputas, em suas formas e conteúdos (ALMANDOZ, 1997: 29-39).

Bibliografia

Fontes

CONCEJO PROVINCIAL DE LIMA. *Libro de Actas. Municipalidad de Lima, instalada el 15 de mayo de 1857*. Lima: Archivo Historico de la Municipalidad de Lima, 1857-1862.

FUENTES, Manuel Atanasio. *Estadística General de Lima*, Tip. Nacional de M. N. Corpancho, por J. H. del Campo, 1858.

MIDDENDORF, Ernest (1885). *Peru*. Lima: T.1, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 1973.

PALMA, Ricardo (1872). *Tradiciones Peruanas*, edição e prólogo de Edith Palma. Madrid: Aguilar, 1952.



Referências Bibliográficas

ALJOVÍN, Cristóbal. *Caudillos y Constituciones: Perú 1821-1845*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú – Fondo de Cultura Económica, 2000.

ALMANDOZ, Arturo. “Notas sobre historia cultural urbana: una perspectiva Latinoamericana”. *Síntesis de la conferencia pronunciada en la XVII CLEFA, Cuenca, Ecuador, 1997*. RPU, n° 1, pp. 29-39.

BROMLEY, Juan. *Las viejas calles de Lima*. Lima: Boletín de la Municipalidad de Lima 1715-6, pp. 57-59, 1964.

_____. *Lima en el año de 1862*. Lima: Boletín de la Municipalidad de Lima 1717-8, pp. 62-92, 1964.

_____. *La nomenclatura urbana de Lima del año 1861*. Lima: Boletín de la Municipalidad de Lima 1722-3, pp. 87-94, 1964.

_____. *Historia de la nomenclatura urbana*. Lima: Boletín de la Municipalidad de Lima 1724-5, pp. 93-97, 1964.

_____. *Las viejas calles de Lima Letras P-Q-R-S calles 267-332*. Boletín de la Municipalidad de Lima 1744-6, pp. 79-91, 1966.

_____. *Las viejas calles de Lima Letras T-U-V-Y-Z, calles 333-357*. Lima: Boletín de la Municipalidad de Lima 1748-9, pp. 91-98, 1966.

CASALINO SEN, Carlota. *Los héroes patrios y la construcción del Estado-nación en el Perú (siglo XIX-XX)*. Lima: Tese de doutoramento – Universidade Nacional Mayor de San Marcos, 2008. Disponível em: <http://cybertesis.unmsm.edu.pe/handle/cybertesis/3330>. Acesso: 18/11/2016.

CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. *Historia del Perú Contemporáneo: desde las luchas por la independencia hasta el presente*. 4ª Ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2007.



GÁLVEZ, José. *Calles de Lima y meses del año*. Lima: International Petroleum Co., 1943.

GUNTHER DOERING, Juan. *Planos de Lima (1613-1983)*. Lima: Municipalidad de Lima/PETROPERÚ, 1983.

GUNTHER DOERING, Juan; LOHMANN VILLENA, Guillermo. *Lima*. Colección Ciudades de Iberoamerica, vol. 4. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

HUAPAYA ESPINOZA, José Carlos. "A construção do Peru pelos peruanos: a experiência urbanística em Lima, 1919-1963". In: GOMES, Marco Aurélio de Figueiras (org.). *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MILO, Daniel. "Le nom des rues". In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*, t. II, *La Nation*, v.3, Paris Gallimard, 1986.

O'PHELAN, Scarlet. "El mito de la independencia concedida". In: FLORES GALINDO, Alberto (org.). *Independencia y revolución*. Lima: Instituto Nacional de Cultura, 2ts, 1987.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. 1ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

RAMÓN JOFFRÉ, Gabriel. *A cidade ordenada. Intervenção urbana e projeto político na Hispano-América: Lima na segunda metade do século XIX*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, PROLAM USP, 1997.

_____. *Las murallas y los callejones. Intervención urbana y proyecto político en Lima durante la segunda mitad del siglo XIX*. Lima: SIDEA 1 PROMPERU, 1999.

ROJAS, Ricardo. *La restauración nacionalista (1910)*. Buenos Aires: Peña Lillo, 1971.



ROMERO, Jose. *Latinoamerica: las ciudades y las ideas*. Buenos Aires: Siglo XXI editores S.A., 1986.

SOARES, Gabriela P.; COLOMBO, Sylvia. *Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do século XX*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.